Nº 86 MAIO/2010

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

1 DE MAIO 2010

Em 2010, o Dia Internacional dos Trabalhadores está marcado fundamentalmente pela disputa eleitoral. Outro elemento marcante neste ano é a luta pela redução da jornada de trabalho, bandeira histórica no movimento sindical. A CUT e as demais centrais pressionam o Congresso Nacional para que aprove a PEC que propõe uma jornada semanal de 40 horas sem redução de salários.

Foto: Augusto Coelho/CUT

Cartaz CUT 1 de Maio

DILMA PRESIDENTE

Mais iniciativa, política e mobilização

Dia de luta!

É preciso colocar a redução da jornada de trabalho sem redução de salários no centro do debate político e eleitoral.

Em 2010, o Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras está marcado fundamentalmente pela disputa eleitoral. Ainda que alguns setores, à direita e à esquerda, não queiram, a polarização está dada. De um lado a candidatura de Dilma Roussef, de outro José Serra. Uma candidatura representando os setores progressistas e de esquerda, com um programa que poderá aprofundar os avanços iniciados durante o governo Lula, avançando na distribuição de renda e riqueza, na democratização dos espaços decisórios, na ampliação de políticas públicas e sociais. O candidato das elites, com um programa de retorno ao modelo neoliberal, de privatizações, do estado mínimo, da flexibilização dos direitos trabalhistas e da criminalização dos movimentos sociais.

É nessa polarização que todos os setores sociais serão chamados a se posicionarem. É nessa conjuntura que o movimento sindical deverá atuar, aproveitando o momento do debate político para apresentar sua pauta e a mobilizar sua base na defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Uma das principais bandeiras históricas no movimento sindical é a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. A CUT e as demais centrais sindicais pressionam o Congresso Nacional para que aprove a PEC 231/95, que propõe uma jornada semanal de 40 horas, que as horas extras sejam remuneradas com 75% a mais, entre outras providências.

Diversas ações estão em curso pelo país a fora. Mobilizações no Congresso Nacional, ações nos estados com pressões sobre os parlamentares, inclusão da reivindicação nas pautas de negociações coletivas etc.

Nesse sentido, esse 1º de Maio, organizado pela CUT, terá essa pauta como principal bandeira, preparando para 18 de maio o Dia Nacional de Atos, Mobilizações e Paralisações pela redução da jornada sem redução de salários. O principal objetivo é aumentar a pressão para aprovação da PEC, divulgando para amplos setores sociais a importância dessa medida, que beneficiará dezenas de milhões de pessoas.

A redução da jornada sem redução de salários pode pressionar o empresário a contratar mais trabalhadores (as), reduzindo assim o exército industrial de reserva, possibilitando uma maior mobilização para aumento de salários, melhoria das condições de trabalho e de vida da população brasileira. Estima-se, com a redução da jornada, em torno de 2,5 milhões de pessoas a serem contratadas, considerando o universo de trabalhadores (as) que fazem 44 horas por semana de 24.137.901 de trabalhadores (as) (RAIS-TEM de 2006).

Além disso, segundo o Dieese, nos últimos cinco anos a produtividade do trabalho foi maior que o aumento dos salários. Nos anos 90 a produtividade do trabalho mais do que dobrou. O processo de flexibilização trabalhista no período neoliberal intensificou o ritmo de trabalho, auferindo enormes lucros para o capital.

Em diversos países a jornada é inferior a 40 horas semanais, como podemos ver na Alemanha (37,6h), no Canadá (39,6h), na Espanha (35,3), na França (35h), conforme Anuário dos Trabalhadores (Dieese), com base em dados da OIT. No Japão a jornada é de 40 horas. Esses dados ainda demonstram que o valor pago pela força de trabalho por hora, em 2006, no Brasil era de US$ 4,9, enquanto que na Alemanha era de US$ 34,2, Austrália era US$ 26,1, Espanha era US$ 18,8, Canadá era de US$ 25,7 e Estados Unidos 23,8.

Vivemos, hoje, no Brasil situações extremas. De um lado, desemprego e informalidade nas relações de trabalho para uma parcela da população e, de outro lado, trabalho extenuante com longas jornadas e horas extras cada vez mais extensas, trazendo como conseqüência problemas relacionados à saúde, como estresse, depressão, lesões por esforço repetitivo (LER), problemas psicológicos e acidentes de trabalho. Piora também as condições de vida, sem o tempo necessário para a família, o lazer, o estudo.

Diante dessa situação, ou seja, do aumento da produtividade do trabalho e da lucratividade dos empresários, é necessário a contrapartida da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, com medidas que impeçam ou dificultem a realização de horas extras.

Os empresários e seus representantes no Congresso Nacional alegam que a redução da jornada provocaria enormes dificuldades, trazendo o risco de falências e desempregos. Durante a Constituinte de 1988 alegavam a mesma coisa, e a redução da jornada naquele período não trouxe maiores dificuldades, pelo contrário, nos anos 90, como já dissemos, tiveram uma lucratividade enorme.

Portanto, é preciso colocar a redução da jornada de trabalho sem redução de salários no centro do debate político e eleitoral. Esta é a mensagem principal desta edição de *Página 13*, co-editada pela coordenação sindical da AE. ★

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves
e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

Sobre fulanos e classes

*Valter Pomar**

A eleição presidencial não está ganha. Nunca esteve. Longe disso. Para vencer, teremos que: fazer com que votem em Dilma todos & todas que desejam a continuidade das políticas do governo Lula; equacionar as variadas coligações estaduais com a coligação nacional; derrotar a Santa Aliança formada pelo grande capital, pelos meios de comunicação e pelos partidos da direita; travar com força o debate sobre o Brasil.

A comparação entre o passado (o governo FHC) e o presente (o governo Lula) nos é amplamente favorável. Por isto Serra diz que o passado é "assunto para historiadores"; se apresenta como "pós-Lula" e não como "anti-Lula"; e afirma que a disputa é sobre escolher Serra ou Dilma.

Já a campanha Dilma não pode nem deve renunciar a falar do passado (a herança maldita deixada por FHC), defender o presente e discutir o futuro do Brasil. Até porque o neoliberalismo, embora não esteja morto, não comparece sozinho ao debate. Junto estão os defensores do "desenvolvimentismo conservador", a saber: crescimento sem distribuição de renda e riqueza, sem reforma agrária nem tributária, sem reforma política nem democracia na comunicação social, sem integração continental nem política externa soberana.

Nossa campanha defende um programa desenvolvimentista de outra natureza, capaz de combinar crescimento econômico com igualdade social, democratização política, soberania nacional e integração continental.

Falar deste futuro é dar garantias ao povo (e não ao empresariado) de que Dilma presidente significa "continuidade", e que "continuidade" para nós significa continuar mudando e mudando cada vez mais rápido.

Deste ponto de vista, trabalhamos para contrabalançar a influência de Antonio Palocci (que nos seus bons tempos elogiava publicamente a herança fernandista) e Fernando Pimentel (um defensor da aproximação estratégica entre PT e PSDB) na coordenação de campanha; denunciamos Henrique Meirelles, que faz chantagem permanente contra o desenvolvimento do país, exagerando os riscos de inflação para justificar os juros altos; e lembramos que para não confundir a militância, melhor não cair em provocações da direita sobre o que Dilma pensa desta ou daquela tática do movimento social, pois o importante é o conjunto da obra: sem muita luta e mobilização social, nada mudaria nem mudará neste país.

Por isto, o MST é tão odiado pela direita. Aliás, recente pesquisa mostrou que 53% do empresariado aplaude a política econômica do governo Lula, mas 78% do mesmo empresariado votará no candidato do PSDB. Os motivos, provavelmente, incluem aquele exposto por Kátia Abreu, da CNA, com a crueza que lhe é peculiar: uma parte do governo (o PT e a esquerda) "acredita apenas no coletivo e não admite a produção privada".

Distorções e exageros à parte, os grandes proprietários acreditam que seus interesses "históricos" estarão mais seguros num governo de centro-direita. A ultra-esquerda, claro, não percebe isto: o já citado Plínio diz que "se Serra e Dilma forem ao segundo turno", proporá voto nulo.

Frente a um governo apoiado pela maioria da população e frente ao nosso crescimento nas pesquisas (Dilma lidera nas espontâneas; a média entre as pesquisas sérias e as viciadas pelo tucanato aponta 30% para nós e 35% para a oposição), a oposição está mobilizando o conhecido repertório anticomunista ("terroristas", "corruptos", "mentirosos" etc.). Algumas vezes com o auxílio da cândida Marina Silva, que agora deu de criticar a política do governo Lula frente ao Irã e Cuba.

Falar deste futuro é dar garantias ao povo (e não ao empresariado) de que Dilma presidente significa "continuidade", e que "continuidade" para nós significa continuar mudando e mudando cada vez mais rápido.

Para enfrentar este tipo de campanha, precisamos de mais iniciativa política, debate ideológico e engajamento da base partidária, social e eleitoral. Que virá mais rápido, se a campanha revelar mais iniciativa, firmeza nas respostas à manipulação da mídia, além de evitar "engenharias eleitorais" que nos atrapalham, como a tentativa de impor o apoio do PT ao PMDB de Sarney no Maranhão e ao PMDB de Hélio Costa em Minas Gerais, para não falar da fracassada operação Ciro governador de São Paulo.

Como dissemos no início deste artigo, a eleição presidencial não está ganha, longe disto. Mas será ganha, na exata medida que o PT, em particular sua direção nacional, assumir o papel que é seu na campanha, apostando na mobilização e polarização. E lembrando sempre que eleição presidencial não é seleção de gerentes: exige emoção e política, muita política!

Para os tucanos, que têm dificuldade para defender publicamente seu programa real, a fulanização extrema é bom diversionismo, até porque soe recolher apoios em searas alheias, como Ciro Gomes (PSB), para quem Serra seria "mais preparado, mais legítimo, mais capaz"; e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), "amigo de Serra" que afirma não conhecer Dilma: "nunca a vi. Ela não é uma figura clássica da política".

Declarações deste naipe, só Freud explica. De nossa parte, só nos resta dizer que, fulano por fulana, a nossa tem muito mais classe, como pessoa e principalmente como porta-voz de um programa de transformações para o Brasil. ★

***Valter Pomar** é membro do Diretório Nacional do PT

Conferência nacional da Classe Trabalhadora

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CGTB assinaram manifesto conjunto de convocação para a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, cuja Assembléia será realizada no dia 1º de junho, no estádio do Pacaembu, em São Paulo. Leia abaixo a íntegra do manifesto.

Todos à Conferência Nacional da Classe Trabalhadora

Assembléia dia 1º de junho

Companheiras e companheiros,

As eleições gerais de 2010 serão um momento decisivo para o PAÍS e para a democracia que estamos construindo, pois se realizarão num quadro político singular, caracterizado pelo crescimento sustentado da economia, pelo regime de amplas liberdades democráticas e pela afirmação do papel propositivo do movimento sindical e da classe trabalhadora, possibilitado por um largo processo de unidade de ação entre as centrais sindicais.

A campanha eleitoral será marcada pela acirrada disputa entre distintos e divergentes projetos políticos e de desenvolvimento para o País nos próximos anos. As diferentes candidaturas apresentarão à sociedade e ao debate político suas propostas e programas de governo. É do interesse dos trabalhadores e trabalhadoras, assim como da maioria do povo e daqueles que aspiram uma sociedade justa, fraterna e democrática, que este processo de formulação envolva e mobilize milhões de brasileiros.

A conquista da política de valorização do salário mínimo, a atualização da tabela do Imposto de Renda, a ratificação da Convenção 151 da OIT - que estabelece a negociação coletiva do serviço público e o próprio reconhecimento das centrais são resultados dos avanços do ultimo período.

As centrais sindicais CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central e CGTB realizarão no dia 1º de junho de 2010, âs 10hs no Estádio do Pacaembu, em São Paulo – SP, a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora para, numa grande Assembleia, reunir dezenas de milhares de dirigentes e ativistas sindicais de todo o País para discutir e deliberar sobre um projeto nacional de desenvolvimento, iniciativa inédita e histórica que marcará a trajetória do movimento sindical através da afirmação do protagonismo e da unidade dos trabalhadores.

Convocamos, portanto, o conjunto do movimento sindical brasileiro para se fazer presente em São Paulo no dia 1º de junho. É fundamental que, desde já, sejam organizadas representativas caravanas sindicais de todos os estados e regiões do Brasil, com trabalhadores do campo e da cidade, da ativa e aposentados, jovens, mulheres e homens, para que nossa Conferência seja uma massiva demonstração da diversidade brasileira e da determinação da classe trabalhadora.

Sua presença é decisiva, faça parte desta história!

Viva a unidade dos trabalhadores!
VIVA O BRASIL!

Central Única dos Trabalhadores
Artur Henrique da Silva – Presidente

Força Sindical
Paulo Pereira da Silva – Presidente

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Wagner Gomes – Presidente

Nova Central Sindical dos Trabalhadores
José Calixto Ramos – Presidente

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
Antônio Neto – Presidente

Plataforma para as eleições 2010

Artur Henrique da Silva Santos
Presidente nacional da CUT

A CUT tem assumido, cada vez mais, um papel protagonista no enfrentamento dos grandes temas nacionais, reafirmando-se como o principal instrumento de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do país.

O ano de 2010 terá, certamente, um acirramento da disputa de projetos para o Brasil. Pode significar, para a classe trabalhadora brasileira, um ano de garantia da continuidade e aprofundamento de políticas que corroboram com nossas concepções democráticas e socialistas. Como não permitiremos retrocessos em relação aos avanços conquistados nos últimos oito anos, a CUT intensifica sua estratégia organizativa e de lutas pela consolidação de um modelo de desenvolvimento que tenha como elementos decisivos a valorização do trabalho e a participação popular, construindo propostas de diretrizes para um projeto nacional de desenvolvimento, consubstanciadas na Plataforma da CUT para as Eleições 2010.

Elaboramos um Documento com base no processo de reflexão e debates acumulados na Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho, traduzindo os pressupostos já definidos nos Congressos Nacionais em políticas concretas de valorização do trabalho; buscamos, então, consolidar uma proposta de desenvolvimento, considerando a visão de desenvolvimento sustentável e a articulação de políticas de crescimento econômico e valorização do trabalho com políticas de distribuição de renda, geração de emprego decente, inclusão social e democratização das relações de trabalho; aliadas à formulação de propostas para o desenvolvimento regional, capazes de concatenar políticas públicas nacionais e locais, possibilitando que a Central dê consecução ao seu papel negociador, em nível nacional, regional e local, e de defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora brasileira.

A Plataforma será o instrumento para consolidação das parcerias no movimento ⇨

➪ sindical e social, enraizamento das propostas e intervenção efetiva nas eleições 2010. A partir do lançamento nacional, as ações concentrar-se-ão na divulgação, com atividades regionais e estaduais. Está conformada com base em três Diretrizes Gerais: Valorização do Trabalho; Igualdade, Distribuição de Renda e Inclusão Social e, Estado Democrático com caráter público e participação ativa da sociedade; que se desdobram em diretrizes e propostas específicas.

Deverá, então, se constituir num efetivo instrumento de debate e comprometimento dos/as candidatos/as às eleições 2010; no entanto, não se esgota nesse momento. Reúne um conjunto amplo de propostas, elaboradas coletivamente em nossos fóruns e por nossas entidades filiadas e orgânicas. Deve sim, constituir-se numa fonte de referência para posicionamentos e uma permanente ferramenta de negociação e mobilização. Mais ainda, instrumento de acompanhamento das políticas a serem implementadas, no país, no próximo período.

Portanto, convictos de que o pleno exercício da cidadania é essencial na formação da consciência crítica e da caminhada para uma nova sociedade, arregacemos as mangas para mais uma árdua e decisiva tarefa – disputar os rumos do Brasil; e, novamente, utilizamos as sábias palavras de Guimarães Rosa, que diz "o real não está na saída e nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia". ★

Diretrizes da Plataforma

1. Valorização do Trabalho

- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento na perspectiva do pleno emprego
- Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho
- Desenvolver políticas específicas de proteção social à saúde dos trabalhadores/as nos locais de trabalho
- Desenvolver ações de combate à discriminação
- Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos
- Desenvolver políticas efetivas de proteção dos trabalhadores mediante as medidas de mitigação e adaptação as mudanças climáticas
- Garantir trabalho decente no desenvolvimento do comércio e serviços

2. Igualdade, distribuição de renda e inclusão social

- Ampliar o papel redistributivo do Estado
- Consolidar Sistema de Seguridade Social
- Ampliar investimento em infra-estrutura e serviços sociais
- Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Elevar o investimento em habitação popular de interesse social
- Garantir a mobilidade baseada no transporte coletivo
- Garantir o saneamento básico e o acesso à água potável a todos os cidadãos e cidadãs na área urbana e rural
- Garantir diversidade, eficiência e controle social da Política Energética
- Valorizar a Educação como direito inalienável de todos e todas, em todos os níveis
- Melhorar as condições de educação no campo
- Reduzir as desigualdades regionais
- Fortalecer a agricultura familiar
- Avançar na reforma agrária
- Avançar na economia solidária

3. Estado Democrático, com caráter público e participação ativa da sociedade

- Adequar estrutura, a gestão e o orçamento públicos para a promoção do desenvolvimento sustentável
- Consolidar e ampliar espaços de participação social e política
- Coordenar a política macroeconômica como parte do projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda.
- Adequar o papel dos bancos, das empresas públicas e Fundos de Pensão ao desenvolvimento sustentável
- Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda
- Fortalecer o papel do servidor público no processo de desenvolvimento
- Consolidar Política ambiental consoante com projeto de desenvolvimento
- Política Industrial produzindo com eficiência e sustentabilidade
- Garantir a soberania, a integração e a solidariedade na Política Externa Brasileira
- Promover segurança pública
- Democratizar os meios de comunicação.

Balanço positivo

Página 13: Quais são as principais ações que o 10º CONCUT apontou para esse próximo período?

Expedito Solaney: O eixo do 10º CONCUT resume bem: desenvolvimento com trabalho, renda e direitos. O Congresso debateu, fundamentalmente, que tipo de desenvolvimento o país precisa, já que tivemos, em outros momentos históricos, muito desenvolvimento sem nenhuma distribuição de renda e direitos. Nesse sentido, foi apontado que o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas públicas e sociais que garantam uma melhora de vida para a classe trabalhadora, que a enorme lucratividade de vários setores econômicos seja tributada progressivamente para que a população pobre e trabalhadora, e que produz a riqueza desse país, tenha acesso a serviços públicos de qualidade. Relacionado a isso, o Congresso apontou a necessidade de fortalecimento do projeto cutista para a disputa de hegemonia na sociedade, que passa pelo fortalecimento dos direitos trabalhistas; pelo fim do trabalho infantil e escravo; por políticas transversais de gênero, diversidade sexual, combate ao racismo, juventude, trabalhadores/as com deficiência, aposentados e pensionistas, meio ambiente, saúde do trabalhador, entre outras; pela retomada da disputa ideológica; pelo projeto organizativo, formativo e de comunicação da CUT; pelo controle social dos meios de comunicação; por uma política internacionalista; pelo aprofundamento nas relações com os movimentos sociais. A partir desses eixos, o CONCUT apontou também para a construção de uma plataforma eleitoral da CUT para o processo eleitoral de 2010.

Página 13: Como a redução da jornada de trabalho sem redução de salários pode politizar o debate sindical no país?

Solaney: Primeiro, demonstrando que a produtividade do Capital, ou seja, das grandes empresas, do agronegócio, do grande comércio, dos bancos, aumentou muito mais que os salários desde a última alteração da jornada, feita pela Constituinte de 1988. Segundo, que diminuindo a jornada de trabalho sem redução de salários é possível gerar mais empregos: com menos horas de trabalho, mais pessoas trabalham. Finalmente, sabemos que uma das causas do enfraquecimento da luta sindical é o medo de demissões, por isso, com a diminuição das taxas de desemprego,

é possível aumentar a capacidade de luta dos trabalhadores e trabalhadoras para que continuem e aumentem o grau de reivindicações, transformando as exigências econômicas em conquistas políticas.

Página 13: Na relação com o Governo Federal, qual deve ser o papel da CUT?

Solaney: A CUT passou por dois momentos distintos durante o Governo Lula. No primeiro governo, adotou uma postura mais complacente, vide a reforma da previdência. No segundo mandato, reavaliando a postura anterior, adotou um posicionamento mais crítico e autônomo, recuperando sua combatividade e protagonizando importantes lutas, como as exigidas pelas Marchas da Classe Trabalhadora, incluindo no debate nacional importantes temas como, por exemplo, a redução da jornada, o fim do fator previdenciários, as convenções 151 e 158 da OIT, entre outras. A melhor forma de apoiarmos as mudanças em curso no país é pressionar o governo para que atenda os interesses dos trabalhadores e trabalhadores, sabendo que sua composição é contraditória, que a direita precisa ser derrotada dentro e fora desse governo.

Página 13: Vivemos um momento de fragmentação do movimento sindical com a saída de várias correntes da CUT. Como você analisa esse processo?

Solaney: Creio que seja uma combinação de vários fatores: conjunturais, de erros cometidos pela CUT e de sectarismo por parte dos setores que saíram. Durante toda a década de 1990 o movimento sindical viveu um refluxo em função do avanço do neoliberalismo no país, que retirou direitos, privatizou serviços públicos essenciais, flexibilizou direitos trabalhistas, o que nos colocou numa situação

> **"Fortalecer a CUT como instrumento político de transformação social, relacionando a luta sindical com a transformação política do país. Essa é a principal tarefa do setorial sindical da AE."** Expedito Solaney

defensiva. É nesse contexto que as forças de esquerda elegeram Lula presidente. Alguns setores acreditavam em mudanças rápidas, sem conexão com as condições concretas e as correlações de forças existentes; outros subestimaram as possibilidades de mudança e apontaram para uma convivência pacifica com o neoliberalismo, vide a política econômica do primeiro governo Lula e as posições moderadas de setores da CUT e do PT. Foi neste contexto que setores combativos da CUT abandonaram o barco, paradoxalmente enfraquecendo uma posição de maior combatividade que a CUT poderia ter naquele momento. Sabemos que outros setores, em função do imposto sindical, saíram em função das possibilidades de estrutura financeira. De qualquer forma, foi uma perda para a CUT, para os/as trabalhadores/as e para o movimento sindical a saída desses setores.

Página 13: E as eleições gerais de 2010, como você analisa o papel do movimento sindical?

Solaney: Nossa primeira atitude, que será apresentada nesse 1º de Maio, é a construção de uma Plataforma Eleitoral da Classe Trabalhadora. Em seguida, dialogar com o conjunto do movimento sindical brasileiro para a necessidade de uma ação conjunta nesse processo eleitoral, que mobilize a classe trabalhadora na defesa de um programa classista, de denúncia das mazelas implementadas e defendidas pela burguesia e seus representantes políticos, que hoje estão mais explicitadas em partidos como o PSDB, DEM e PPS, sem esquecer que no interior do próprio governo Lula vários deles se encastelam. Além disso, defender explicitamente a candidatura Dilma como a única que defenderá os avanços do governo Lula e que aprofundará as mudanças em curso. Nessas eleições, o movimento sindical cumprirá, como sempre cumpriu, um importante papel: politizar as ações cotidianas, relacionando a luta econômica com a luta política.

Página 13: **Qual a importância da Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, que se realizará em 1º de junho?**

Solaney: A Conferência poderá se concretizar como uma importante unidade para a maior parte do movimento sindical brasileiro, já que será aprovada uma Plataforma Eleitoral da Classe Trabalhadora, resultado das ações desenvolvidas unitariamente nesse último período e de uma visão relativamente comum para o futuro. Esse processo, que ainda está em fase de negociações, é cheio de contradições. Várias centrais que caminham juntas na defesa de um programa e da candidatura Dilma, em vários estados estarão em campanhas da direita. Além disso, existe disputa no interior de algumas centrais sobre os rumos a serem adotados.

Página 13: **Pela segunda gestão consecutiva, você assumiu a Secretaria Nacional de Políticas Sociais da CUT. Qual o balanço?**

Solaney: Na primeira gestão assumimos a Secretaria com a saída da CSC/PCdoB da CUT, no meio do mandato. Realizamos o I Encontro Nacional de Políticas Sociais da CUT e tiramos um Plano de Trabalho. As principais ações desenvolvidas estavam sob coordenação dos coletivos (juventude e trabalhadores/as com deficiência) e comissões (combate ao racismo e meio ambiente), além de minha integração nos diversos espaços sociais e institucionais ligados ao tema da erradicação do trabalho infantil e no acompanhamento da Coordenação dos Movimentos Sociais. Fortalecemos esses espaços e criamos as condições para que três novas secretarias fossem construídas: juventude, meio ambiente e combate ao racismo. Além disso, construímos o Coletivo Nacional da Diversidade Sexual. Nesse segundo mandato, tivemos condições de realizar um planejamento com a presença de 16 secretários/as estaduais e diversos ramos, com ações direcionadas, a partir das resoluções do 10º CONCUT, para as áreas de direitos humanos, relação com os movimentos sociais e conselhos institucionais, erradicação do trabalho infantil e escravo, diversidade sexual, trabalhadores/as com deficiência. Estabelecemos parcerias com o movimento sindical internacional nas áreas de atuação das políticas sociais. Enfim, o balanço é positivo.

Página 13: **Quais são as principais tarefas da Secretaria nesse próximo período?**

Solaney: A partir do planejamento estratégico da CUT e das ações aprovadas no II Encontro Nacional de Políticas Sociais, definimos, de maneira geral, realizar uma Campanha Nacional em defesa dos direitos humanos, em particular do PNH3; o fortalecimento da CMS, principalmente nos estados onde ainda não está organizada; fortalecimento e acompanhamento da participação dos cutistas nos conselhos institucionais; Campanha Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil e Escravo; Campanha Nacional pelos Direitos LGBT; divulgação da Campanha Nacional pelos Direitos dos/as Trabalhadores com Deficiência, que já está em curso com o lançamento da cartilha nos estados, com o objetivo de instrumentalizar o movimento sindical a incorporar a luta dos/as trabalhadores/as com deficiência em sua luta cotidiana.

> **“Fazemos um balanço positivo de nossa atuação, mas precisamos melhorar nossa capacidade organizativa, investir ainda mais na formação para fortalecer a esquerda socialista no movimento sindical.”**

Página 13: **Como se articulam as ações específicas da Secretaria com a estratégia geral da CUT?**

Solaney: Politizando o debate sobre cada uma dessas ações, discutindo com os sindicatos e trabalhadores a dimensão política, econômica e social das ações cotidianas, que um desenvolvimento econômico que traga distribuição de riqueza só será conquistado com muita luta, com conquistas específicas que acumulam para conquistas gerais, ou seja, relacionado a luta econômica com a política. Por exemplo, a luta por erradicação do trabalho infantil é fundamental para que se discutam outras importantes questões, como educação, saúde, emprego, políticas públicas etc. Esse movimento é educativo e politizador.

Página 13: **Como você avalia a trajetória da Articulação de Esquerda no movimento sindical nesse último período?**

Solaney: O setorial sindical da AE se organiza desde 1997. Até 2006 tivemos uma trajetória de avanços e recuos, principalmente pela descontinuidade de nossa presença na direção executiva da CUT. A partir desse momento, tivemos um processo crescente de organização e fortalecimento do setorial sindical da corrente, nos estados, na direção majoritária da combativa CUT-SE, nas ações desenvolvidas na executiva nacional da CUT. Para se ter uma idéia, tivemos um crescimento de mais de 100% do número de delegados/as do 9º para o 10º CONCUT. Portanto, avalio de forma positiva, sabendo que ainda precisamos melhorar muito nossa capacidade organizativa, investir ainda mais na formação política de nossa militância para fortalecer a esquerda socialista no interior no movimento sindical e cutista.

Página 13: **Quais são os principais desafios da AE para o movimento sindical? A disputa de rumos da CUT continua em pauta?**

Solaney: Em primeiro lugar, fortalecer a CUT como instrumento político de transformação social, relacionando a luta sindical com a transformação política do país. Essa é a principal tarefa do setorial sindical da AE. Para que isso seja possível é preciso um duplo movimento, a defesa da CUT como legítima organização da classe trabalhadora contra os ataques da direita e dos setores ultra-esquerdistas, e fortalecendo um campo socialista no seu interior. Assim como no PT, na CUT se consolidou uma forte hegemonia moderada, com uma perspectiva social-democrata. É preciso resgatar seu caráter socialista. Nossa militância deve se orientar por esse duplo movimento, construir a CUT e disputá-la, construindo cotidianamente a luta da classe trabalhadora.★

LGBT

O direito de amar

*Elida Miranda**

A divisão sexista de tarefas no mundo do trabalho criou rígidos tabus a respeito do que são as "profissões para mulher" e as "profissões para homens", mas também tratou de aprisionar homossexuais em apenas duas ou três atividades, ao ponto de causar enorme espanto quando um gay, por exemplo, se emprega como estivador ou operário. Aos poucos, trabalhadores e trabalhadoras estão vencendo a batalha do direito ao exercício profissional em qualquer função independente do seu gênero e também da sua orientação sexual.

Esse é um debate muito duro, pois além do preconceito gritante na sociedade, o movimento sindical ainda não conseguiu deixar para trás o ranço machista em sua prática cotidiana.

Algumas iniciativas, como a criação do Coletivo Nacional de Trabalhadores pela Diversidade Sexual no interior da CUT Brasil, dão sinais de que essa pauta não mais poderá ser esquecida em baixo do tapete. Porém as dificuldades de implementar essa discussão em alguns estados demonstram que muita conscientização deve ser feita.

Nesse sentido vale detalhar algumas das bandeiras que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (LGBT) levantam nas questões sindicais. A primeira delas é contra a discriminação, seja na convivência no local de trabalho, onde o homossexual se torna o alvo de piadas homofóbicas, seja no veto à contratação por preconceito.

Em seguida está a garantia da formação escolar básica, indo ao nível técnico ou superior, para colocar em pé de igualdade a procura por emprego. Principalmente no caso das transsexuais que logo cedo são ridicularizadas no colégio e impedidas socialmente de permanecer naqueles ambientes, geralmente caminham para o subemprego ou para a prostituição.

A luta também é pelo amplo direito de previdência, como já ocorre hoje em empresas como a Petrobras e a Caixa Econômica Federal, para que casais homoafetivos possam usufruir de planos da saúde conjuntos, da seguridade social em caso de fatalidade e licença paternidade ou maternidade no caso de adoção, estando colocado com isso o reconhecimento de que se trata de uma modalidade de família, garantindo aos LGBT's não apenas a possibilidade de serem sujeitos de consumo, mas principalmente de serem sujeitos de direitos.

Socialismo, para nós, inclui conquistar a liberdade de orientação sexual, pois não haverá sociedade emancipada enquanto o ser humano não puder simplesmente amar quem quiser. ★

***Elida Miranda** é Secretaria Estadual de Políticas Sociais da CUT-AL

JUVENTUDE

Pauta jovem

*Rodrigo Schley**

Precisamos de políticas públicas capazes, ao mesmo tempo, de retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, combater o desemprego estrutural que assola principalmente a juventude, e gerar postos de trabalho decentes para os jovens que já estão trabalhando.

Ao mesmo tempo em que representa, hoje, cerca de 30% da população brasileira, a juventude (15 aos 29 anos) corresponde a cerca de 60% da massa de desempregados e 70% da população carcerária do país. Demonstrando a situação alarmante em que vivem os jovens brasileiros, em especial as jovens mulheres e os negros, maiores vítimas da violência urbana, da exclusão social e das políticas neoliberais.

A baixa renda familiar, a falta de políticas públicas eficientes e a busca pela autonomia financeira, empurram a juventude cada vez mais cedo para o mercado de trabalho, fazendo com que muitos tenham que abandonar a escola para vender a sua força de trabalho, de forma precarizada e sub-remunerada.

A entrada precoce no mercado de trabalho, com o abandono também precoce da escola, gera um ciclo vicioso que condena o jovem pobre aos piores postos de trabalho, enquanto o jovem de família rica, que prioriza a sua formação escolar e começa a trabalhar mais tarde, consegue acessar postos superiores e de melhor remuneração.

Também existe uma parcela importante dos jovens, em especial na faixa dos 15 aos 17 anos, que combinam estudo e trabalho. Para estes jovens, pouco tempo resta para que possam usufruir da sua potencialidade criativa e vivenciar este momento rico da vida de forma plena e saudável. Não é à toa que cresce cada vez mais o uso de medicamentos e de substâncias psicotrópicas neste estrato da população, também não é à toa que a maioria dos acidentes de trabalho atualmente ocorre com trabalhadores jovens.

Para enfrentar este cenário, precisamos de políticas públicas capazes, ao mesmo tempo, de retardar a entrada do jovem no mercado de trabalho, combater o desemprego estrutural que assola principalmente a juventude, e gerar postos de trabalho decentes para os jovens que já estão trabalhando.

Neste sentido, torna-se fundamental a aprovação da PEC 231/95, que reduz de 44 para 40 horas a carga horária máxima de trabalho sem redução dos salários.

Além de gerar 2 milhões de novos postos de trabalho, a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários pode representar a oportunidade para muitos jovens complementarem a sua formação educacional e cultural, além de ampliar o tempo livre que poderá ser utilizado para o lazer, o esporte, a arte etc.

A aprovação desta medida será um passo importante na reparação da enorme dívida social que o Estado brasileiro tem para com a juventude. ★

***Rodrigo Schley**, secretário de Juventude da CUT-RS

ACESSIBILIDADE

Deficiência & direitos

*Isaias Dias**

No dia 21 de março, em São Paulo, foi lançada a Campanha Nacional em Defesa dos Direitos dos/as Trabalhadores/as com Deficiência, com a presença de 16 CUT's estaduais e vários ramos. Foi um importante momento da luta por direitos para os/as trabalhadores desse setor.

A Campanha, promovida pela CUT, através da Secretaria Nacional de Políticas Sociais e do Coletivo Nacional de Trabalhadores/as com Deficiência, publicou uma cartilha e cartazes com orientações para o movimento sindical, com conceitos, apresentação da Campanha da Acessibilidade "Siga essa Idéia" – de que a CUT é signatária, dados sobre a evolução na contratação de trabalhadores/as com deficiência no Brasil, exemplos de convenções coletivas de trabalho e as resoluções do II Encontro Nacional de Trabalhadores/as com Deficiência. A Secretaria e Coletivo estão com a tarefa de lançar a Campanha pelos Estados. Agora em maio há lançamentos agendados em três estados: ES, BA e AP.

Estamos diante de um importante momento para o setor, com importantes conquistas no terreno político e social. Em 2008, o governo brasileiro ratificou a Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência que, no mundo do trabalho, assegura a adaptação física nos locais de trabalho, igualdade de salários para funções idênticas, habilitação e reabilitação profissional, formação profissional, sindicalização, progressão funcional, preservação do emprego, entre outras.

Sabemos que essas medidas legais precisam de efetivação, que só a luta pode conquistar. Por isso, os trabalhadores e trabalhadoras com deficiência devem se organizar em seus sindicatos, construindo nas CUT's estaduais os coletivos, exigindo direitos não só nos locais de trabalho como também em nossas entidades sindicais, que devem garantir a acessibilidade em todos os seus níveis.

Outra questão fundamental é que a nossa luta não se restrinja aos aspectos particulares, que são importantes, mas vá além, somando-se as lutas gerais da classe trabalhadora. Uma parte dos problemas que enfrentamos está diretamente relacionada com uma sociedade que coloca o lucro a frente de tudo, que os direitos dos/as trabalhadores/as com deficiência se tornam, para diversos setores do capital, um empecilho de lucratividade. Portanto, conquistar direitos para nosso setor é também confrontar a sociedade capitalista. ★

***Isaias Dias** é vice-presidente do Conselho Nacional da Pessoas com Deficiência - CONADE

TENDÊNCIA

Formação política

A V jornada nacional de formação política da AE será de 5 a 18 de julho, no Santuário das Comunidades, em Caruaru/PE. Nesta jornada serão oferecidos dois cursos:

CURSO 1: "Introdução às resoluções políticas da Articulação de Esquerda"

Dia 05/7, segunda
Manhã – abertura, apresentação
Tarde –Resoluções da X Conferência Nacional da AE (socialismo, estratégia e bloco histórico)
Noite – Cinema

Dia 06/7, terça
Manhã – História da Luta pelo Socialismo: 1789-1917
Tarde – A Revolução Russa
Noite – A Revolução Chinesa

Dia 07/7, quarta
Manhã – A Revolução Cubana e as guerrilhas na América Latina
Tarde – O governo da Unidade Popular no Chile
Noite – O momento atual da luta de classes, neoliberalismo e imperialismo

Dia 08/7, quinta
Manhã –Resoluções da X (programa e partido)
Tarde –Resoluções da X (feminismo e luta socialista)
Noite – Cinema

Dia 09/7, sexta
História do Brasil

Dia 10/7, sábado
Manhã – História do PT (1980-2009) e da AE (1993-2009)
Tarde – História do Governo Lula
Noite - Festa

Dia 11/7, domingo
Avaliação e encerramento

CURSO 2: "Desenvolvimento do capitalismo e luta pelo socialismo no Brasil e na América Latina"

Dia 12/7, segunda
Manhã – abertura e apresentação
Tarde – conjuntura nacional e internacional
Noite – livre

Dia 13/7, terça
Manhã - Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo: análise marxista do capitalismo
Tarde - Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no mundo
Noite - Cinema

Dia 14/7, quarta
Manhã: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo na América Latina
Tarde: Desenvolvimento capitalista e história da luta pelo socialismo no Brasil
Noite – livre

Dia 15/7, quinta
Manhã – Programa e estratégia democrático popular e socialista nas condições da luta de classe no Brasil atual;
Tarde – Programa e estratégia democrático popular e socialista no Brasil sob a perspectiva da luta das mulheres
Noite – livre

Dia 16/7, sexta
Manhã e Tarde – Balanço do governo Lula e propostas para o governo Dilma, à luz da estratégia;
Noite – festa

Dia 17/7, sábado
Reuniões setoriais (juventude, mulheres, sindicalistas)

Dia 18/7, domingo
Avaliação e encerramento

Os preços são:

- Curso 1: R$300,00
- Curso 2: R$300,00

Incluso no preço: hospedagem, alimentação e traslado Recife-Caruaru (haverá transporte saindo de Recife nos dias 4/7 e 11/7, de modo a que os alunos pernoitem em Caruaru na véspera do inicio dos cursos).

Inscrições devem ser feitas através do correio eletrônico liciolobo@uol.com.br

PARANÁ

Escândalo no legislativo

Recentes escândalos na Assembléia Legislativa do Paraná, presidida pelo DEM, estão gerando reação dos movimentos sociais. Após denúncias efetuadas pelo jornal Gazeta do Povo, que redundou na demissão de fortes diretores da casa, os estudantes iniciaram a operação caça-fantasmas. Três passeatas foram realizadas, sendo que a última delas contou com forte participação dos movimentos sociais, CUT, CTB, sindicatos e do MST, com ocupação por meia hora das galerias da Assembléia, reivindicando a saída imediata da mesa diretora.

ALAGOAS

Fortes batalhas

O movimento sindical alagoano vive um momento de fortes batalhas contra o governo tucano de Téo Vilela. Depois de amargar o mandato todo sem reajuste para os servidores públicos, agora Teotônio pretende aprovar via Assembleia Legislativa o projeto de "Organizações Sociais", ou seja, privatização. A CUT Alagoas está nas ruas para dizer basta ao desmantelamento do nosso estado. Confira essas e outras informações no Blog da Secretaria de Políticas Sociais da CUT AL: http://www.politicassociaiscutalagoas.blogspot.com (Mário Cândido de Oliveira e Elida Miranda)

SERGIPE

Na linha de frente

*Cristiano Cabral**

A CUT Sergipe tem investido na organização e mobilização dos trabalhadores (através da criação de sindicatos e do apoio às oposições ao peleguismo); demonstrado firmeza na defesa da pauta da classe trabalhadora e contra as tentativas de criminalização; desenvolvido uma formação sindical alinhada com a política estratégica; implementado uma política cultural e de comunicação; intervindo em temas para além das reivindicações imediatas das categorias; e vem construído, em articulação com movimentos sociais e intelectualidade, a plataforma da classe trabalhadora sergipana para as eleições 2010.

Tem crescido o número de sindicatos filiados à CUT-SE, destacando-se a organização de setores sem tradição sindical, a exemplo dos servidores públicos municipais e das empregadas domésticas. Em relação à defesa do direito de organização e mobilização, a Central realizou em setembro de 2009 uma grande e inédita marcha de repúdio ao Judiciário por suas sucessivas decretações antecipadas de ilegalidade de greve.

No enfrentamento aos patrões da iniciativa privada, combinou-se a denúncia das tentativas de redução de salários como condição para não desempregar, com a exigência ao governo estadual que estabeleça como contrapartida das isenções fiscais ao setor empresarial a manutenção dos empregos dos operários têxteis. No mesmo sentido foi a atuação contra a política de desemprego dos eletricitários da empresa energética privatizada, assim como a campanha pública contra o regime de superexploração da jornada de trabalho imposto aos comerciários, que não vem exercendo o direito ao repouso semanal remunerado.

Junto aos trabalhadores do setor público, ao passo que conquistou a mesa de negociação no início do governo estadual petista, manteve a autonomia necessária para denunciar a falta de reunião e o trato reacionário do governo com o movimento sindical, a exemplo dos recursos ao judiciário em busca da decretação de ilegalidade de greve que sequer havia iniciado, bem como a implantação das fundações na área de saúde, com a precarização das contratações de trabalhadores, tendo como argumento a suposta indolência do servidor público estatutário.

Em relação à intervenção social mais ampla, evidencia-se a atuação da CUT-SE em defesa do patrimônio público, nas denúncias contra os desmandos no Tribunal, como entidade coordenadora da Marcha das mulheres, organizadora de protestos contra o aumento da tarifa de transporte público, no debate sobre o direito à memória acerca do que ocorreu durante a ditadura militar, na formulação de um projeto junto à Universidade pública, de um memorial da classe trabalhadora sergipana, bem como em um documentário sobre a Operação Cajueiro (ofensiva de repressão da ditadura militar em 20-02-1976).

A formação sindical está alinhada com a política estratégica, através de um curso para dirigentes em 10 módulos. Na seara cultural, destaca-se o CINE CUT, que expõe filmes, música e poesia na rua em frente à sede da central, estando em sua terceira edição, tendo iniciado com o filme Braços cruzados, máquinas paradas, depois Zuzu Angel e a terceira edição com O Carteiro e o Poeta.

Em relação ao 1º de maio, a tradição cutista sergipana vem sendo de realização de grandes atos públicos com marchas e ocupações. Este ano, contando mais uma vez com movimentos de moradia (MOTU) e do campo (MST), a marcha terá como destino o bairro industrial.

Na semana seguinte, em 08 de maio, será iniciada a construção da plataforma da classe trabalhadora sergipana para as eleições 2010, tendo como mesa de debate inicial o tema: "A economia e o trabalho em Sergipe". ★

***Cristiano Cabral**, militante da oposição cutista à direção do sindicato dos servidores do judiciário, é vice-presidente da CUT-SE.

RONDÔNIA

Divisão dos progressistas é a força do atraso

*Jorge Werley Ferreira**

Se existe um lugar onde não se viu ou sentiu a recente crise econômica é Rondônia. Graças às obras do PAC, que está instalando duas usinas hidroelétricas no rio Madeira, a capital Porto Velho se transformou num canteiro de obras.

Segundo o Prefeito da Capital, Roberto Sobrinho, do PT e que está em seu segundo mandato, o crescimento rápido também aprofundou problemas de infra-estrutura: "Precisamos sair do improviso e pensar organizadamente todo o nosso estado que atualmente é o mais dinâmico da região, mais que não conta com planejamento de longo prazo".

Realmente ao correr dos últimos governos não se teve uma proposta de desenvolvimento e o estado ficou a mercê dos caprichos e rompantes do empresário Ivo Cassol que administrou o estado como se fora uma de suas fazendas.

Cassado pelo TRE por compra de votos durante o processo eleitoral, o governador Ivo acabou sendo inocentado pelo TSE. Assim, apesar do bom clima da economia local, os ares da política rondoniense continuam marcados pela disputa entre o velho ranço do atraso e a oxigenação trazida pelos novos postulantes advindos de históricas lutas sindicais.

O deputado federal Eduardo Valverde (*primeiro da esq. p/ direita*) é pré-candidato do PT ao governo de Rondônia

O Estado de Rondônia foi criado em 1981, tendo a frente o governador nomeado, coronel Jorge Teixeira. Foi uma válvula de escape encontrado pela ditadura militar para reduzir as pressões sociais da luta pela terra no centro sul do Brasil.

Naquela época o INCRA, a título de criar condições para os novos assentados, recortou a malha viária no meio da floresta. Isto serviu de canais de exploração madeireira predatória.

Estes madeireiros novos ricos, somados aos donos de dragas que exploravam os garimpos de ouro no rio Madeira e as muitas vezes denunciadas doações de narcotraficantes, definiram muitos resultados eleitorais. Diversos escândalos levaram a cassação ou renúncia de muitos deputados e até senadores.

O povo de Rondônia tem dado mostras de que já está cansado destas oligarquias e tem apostado em novas propostas. Um sinal desta mudança foi a eleição do Professor Roberto Sobrinho como prefeito de Porto Velho.

Já para esta campanha de 2010 onde se terá que escolher o novo governador, o PT está propondo o nome do deputado federal Eduardo Valverde, ex-presidente da CUT e presidente do Diretório Estadual do PT (continua na próxima edição). ★

***Jorge Werley Ferreira** é economista do INCRA*

MINAS GERAIS

Patrus governador: o melhor palanque

*Larissa Campos**

O 22º Encontro Estadul do PT de Minas Gerais deliberou que o partido deveria apresentar candidatura própria ao Governo do Estado. Duas candidaturas ao cargo foram apresentadas a do ex-Ministro Patrus Ananias e do ex-prefeito Fernando Pimentel. A decisão será da base filiado do partido, em prévias no dia 2 de maio.

A disputa fortalece entre os filiados do PT de Minas a convicção de que devemos apresentar um candidato próprio ao governo do estado. E o exercício de nossa democracia interna pode criar condições para a unidade interna que nos leve à vitória nas próximas eleições.

No entanto, o que está em jogo não é somente a indicação do nome de nosso candidato, mas também qual projeto apresentaremos para Minas. Basta lembrar que a atual direção estadual do partido, apoiadora de Pimentel, assim como o PT de Belo Horizonte, nas últimas eleições, cederam espaço ao tucanato, não apresentando candidato próprio para as eleições municipais da capital, aliando-se aos interesses econômicos e abrindo caminhos para as políticas neoliberais de Aécio Neves.

Patrus Ananias

Essa polarização se acirrou durante as eleições diretas do PT, em 2009, ficando ainda mais evidentes as divergências programáticas e de atuação política entre os dois setores do Partido.

Desde então a Articulação de Esquerda de Minas Gerais se posicionou ao lado do campo que apoiava a pré-candidatura de Patrus, por entender que precisariamos de um candidato capaz de se posicionar de forma clara como oposição ao Governo Aécio, rompendo com suas políticas de privatização, repressão dos movimentos sociais e de juventude e de controle absoluto sobre os meios de comunicação em massa.

O governo de Patrus a frente da Prefeitura de Belo Horizonte representou o ínicio da construção de um projeto que priorizou as políticas sociais e a democracia participativa. Essa inversão de prioridade foi levada a cabo pelo governo federal através de programas como o Bolsa Família, Sistema Único de Assistência Social e política de Segurança Alimentar.

Precisamos garantir uma votação massiva, nas prévias e em Patrus, para confirmar a candidatura propria ao Palácio da Liberdade, descartando a possibilidade do PT apoiar um candidato de outro partido da base aliada do governo Lula e construindo o cenário de dois palanques (Patrus Ananias do PT e Hélio Costa do PMDB) para a campanha Dilma em Minas Gerais. ★

***Larissa Campos** é da Direção Nacional da Articulação de Esquerda*

RESENHA

O papel do trabalho

*Artur Araújo**

John Womack Jr., catedrático de História da América Latina em Harvard, avaliou as compras feitas para a biblioteca da universidade em um período de dez anos. Estudava o trabalho e queria medir o interesse no tema. Descobriu que as aquisições ligadas a “estudo do sexo” eram 18 vezes maiores que as de livros sobre trabalho industrial; na comparação com “estudos sobre pornografia”, estes representavam 30% a mais.

No livro “**Posición estratégica y fuerza obrera**”*, que merece urgente publicação em português, ele debate esse resultado: “Estamos longe de haver entendido o fato de que o trabalho é o que tornou humana a nossa espécie, cada vez mais humana. É absurdo que falte interesse em estudar a história da atividade necessária para que ocorra qualquer outra história humana. É histórica e naturalmente interessante o fato de que a espécie se extinguiria muito mais rápido sem trabalho que sem cópula.”

Eis o estilo de Womack. Irônico, polêmico, divertido, mas sério e consistente, ao atualizar e aprofundar um caminho que remonta a Marx e Engels: a compreensão do trabalho, de sua execução, de como o trabalho articula as sociedades. E faz isso sempre deixando claro ter lado: quer compreender o trabalho na ótica dos trabalhadores e do avanço de suas lutas, econômicas e políticas. São suas, entre muitas outras obras, *The Historiography of Mexican Labor* e *Rebellion in Chiapas*.

Linguagem acessível, ritmo e vigor marcam a tessitura de uma rede de idéias muito instigante. Womack parte da afirmação da centralidade do trabalho - e, principalmente, do trabalho industrial – para a explicação da sociedade e, de início, já estabelece um contraponto com a tendência presente, nos estudos sociais acadêmicos, de buscar nas “diversidades” a chave da leitura do mundo.

A partir desse marco, lança um desafio que é o coração de seu livro: o desenvolvimento de uma estratégia dos operários a partir de sua própria posição na produção. Como que nos provoca a criar um “taylorismo reverso”, em que o estudo dos arranjos da produção (dos tempos e movimentos, das malhas de interdependência, dos nós e gargalos no processo produtivo) deixe de ser objeto exclusivo do capital, enquanto método de ampliação da taxa de exploração, e se converta em plano de combate dos trabalhadores.

Womack clama para que aos olhares do sociólogo, do historiador, do economista, associemos os ângulos do engenheiro, do general e do cartógrafo. Utiliza, com rara capacidade, categorias da arte militar, do estudo das relações industriais e da ciência geográfica, para delinear as imbricações entre a força dos trabalhadores (que decorre diretamente de sua posição na produção) e a estratégia para a vitória em seus enfrentamentos cotidianos ou históricos.

Duas outras seções da obra são também marcantes. Uma é a análise arguta da história das estratégias operárias, desde os sindicatos europeus e norteamericanos no século XIX, em que estabelece uma criativa periodização, que associa os ciclos históricos da indústria aos ciclos políticos dos movimentos e à formulação da estratégia operária. A outra é uma impressionante bibliografia internacional comentada das dezenas de áreas de estudo que se deve associar à temática do livro.

Womack escreveu com a intenção expressa de repor o foco na força dos trabalhadores e em suas estratégias. A força de suas idéias, para os estudam o tema ou militam no “mundo do trabalho”, tornam estratégica a leitura deste livro. ★

Artur Araújo é militante do PT-SP

*(*Posição estratégica e força operária*, em tradução literal)

Posición estratégica y fuerza obrera – Hacia una nueva historia de los movimientos obreros
John Womack Jr. – Editora Fondo de Cultura Económica, México, 2007
443 páginas – ISBN 978-968-16-8514-0